

Sessão temática: ST-1 Poder local e território na promoção do desenvolvimento

Título do artigo: DA TERRA EM TRANSE PARA OS TERRITÓRIOS DE TRANSIÇÃO

Autor: Amílcar Baiardi, Professor do Programa (M/D) de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e desenvolvimento social. E-mail: amilcarbaiardi@uol.com.br

DA TERRA EM TRANSE PARA OS TERRITÓRIOS DE TRANSIÇÃO

Resumo: Tendências de urbanização associadas com ocupações desordenadas do território, fenômenos associados com o modelo de industrialização concentrado e regionalmente desequilibrado, têm contribuído para a degradação da vida nas grandes cidades brasileiras e nos seus entornos, no que se refere à habitação, mobilidade, abastecimento, educação, área verde, cultura, entretenimento etc. Não obstante haver perspectivas de melhoria ao longo das próximas décadas em decorrências de ingentes investimentos públicos e privados, dificilmente se poderá estabelecer uma qualidade de vida compatível com a sociedade pós-industrial e praticar o desenvolvimento sustentável, a menos que se comece a adotar os preceitos estabelecidos pela Rede Territórios de Transição, que valem para o tecido urbano e para o meio rural.

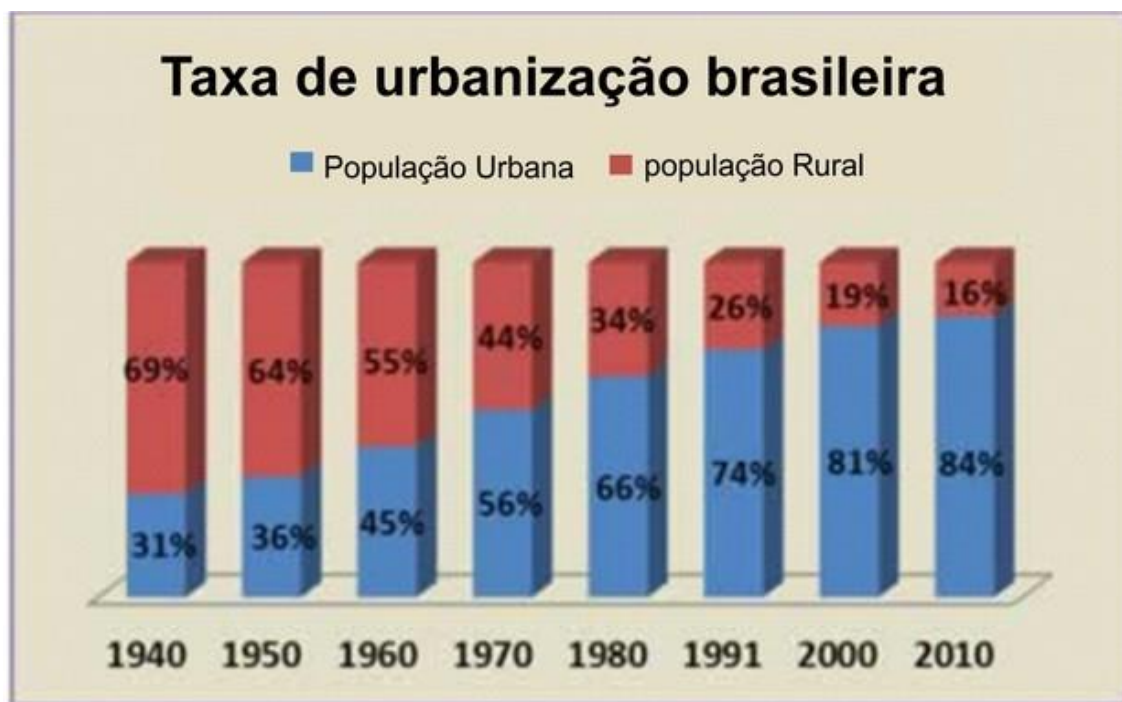
Palavras-chave: Território de transição. Desenvolvimento sustentável. Sociedade pós-industrial.

1-A ATUALIDADE E DESATUALIDADE DO FILME TERRA EM TRANSE: MUDANÇAS NO MEIO URBANO E RURAL DE 1960 À CONTEMPORANEIDADE

Cerca de meio século após o lançamento do filme Terra em Transe de Glauber Rocha, repentinamente ele volta a ser exibido e revisitado no imaginário e a ser considerado atual. Sua atualidade é reclamada por se considerar que o mesmo previra rupturas, algumas acontecidas e outras esquecidas, e que contemporaneamente uma série de movimentos, pacíficos e insurgentes, urbanos e rurais, confeririam a atualidade, mesmo que estas manifestações recentes sejam bem diferentes umas das outras. A única coisa que as liga é o fato de serem determinadas pela capacidade de mobilização das redes sociais, uma vez que refletem visões de mundo e ideologias bem distintas.

Cinquenta anos é tempo suficiente para se esboçarem novas tendências que tiraram validade temporal a muitas teses de transformações sociais apresentadas na metade do século passado e ensejaram outras. A dramaticidade destas tendências pode ser exemplificada pela variação da taxa de urbanização no Brasil. Em 1960 ela era de 45% e atualmente passa de 85%, como sugere o gráfico abaixo estimado com base nos censos demográficos do IBGE, vide figura

Figura 1: Evolução da taxa de urbanização brasileira



Fonte: IBGE, 2015.

O rápido e desordenado processo de urbanização observado no Brasil que acarretou uma série de consequências negativas, foi determinado por políticas econômicas concentradoras setorial e espacialmente que tinham como foco industrializar a qualquer custo o Brasil. Sua adoção foi precedida de intenso debate no qual a tese contrária à industrialização forçada foi esboçada por Ignácio Rangel, que se colocava em um polo oposto à uma certa unanimidade nacional, influenciada pelo pensamento da Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL. Nesta unanimidade havia um amplo espectro ideológico que ia das posições de Luiz Carlos Prestes, dirigente do Partido Comunista Brasileiro, PCB, até as visões de Eugênio Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões que representavam o pensamento liberal conservador.

Em seu texto - considerado um clássico do pensamento econômico do Brasil (A Questão Agrária Brasileira) - escrito em 1958 para a Comissão de Povoamento dos Eixos Rodoviários, COPER, Rangel (1962), destoava de seus colegas que trabalhavam nas principais agências de desenvolvimento (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDE), afirmando claramente que o modelo de industrialização baseado na substituição de importações tinha uma dimensão de temporalidade e era fragmentador da economia nacional. O economista, que era uma voz isolada, já antevia problemas futuros decorrentes da elevada dependência da nascente industrialização do Brasil em relação a uma demanda pré-existente, formada por parcela da população com maior renda e por setores utilizadores de bens intermediários importados. Demais, este modelo não contribuía para a ampliação do comércio exterior.

Sua proposta era diferente e consistia em tentar, com apoio do corpo social e do Estado, resolver a crise agrária, por ele entendida como sendo a crise matriz, causadora de todas as outras crises. Isto dar-se-ia por meio de uma reforma fundiária que solucionasse o problema do excedente populacional rural e reduzisse o fluxo migratório para as metrópoles. Na medida em

que isto acontecesse, a combinação de fatores na função de produção da indústria urbana se definiria a partir de uma certa escassez de mão-de-obra, levando este setor a ser tecnologicamente mais avançado, melhor remunerador da força-de-trabalho e mais competitivo no mercado internacional. Esta indústria, obviamente beneficiar-se-ia do crescimento da demanda efetiva nacional, a qual seria impulsionada pela modernização do setor agrícola fundamentada na ruptura das estruturas monopolista-latifundiária e oligopolista-mercantil, comercializadora dos bens produzidos na agricultura. Estes processos far-se-iam acompanhar da reforma agrária, que criaria milhões de pequenos e médios estabelecimentos rurais.

Neste texto de 1958, Ignácio Rangel já anunciava aquilo que mais tarde seria a sua marca nos diagnósticos da realidade brasileira: os recursos ociosos. Rangel tinha noção correta do papel do Estado como indutor da economia, investindo nas lacunas e brechas do tecido produtivo e na infraestrutura, com o objetivo de alavancar o investimento privado, por meio do aumento da eficácia marginal do capital. Com uma visão profética ele defendia em 1958 que os investimentos nos serviços públicos – que na ocasião saíam das mãos do capital estrangeiro e passavam ao controle do capital estatal – tivessem origem em uma poupança voluntária e não fiscal, ou seja que não proviessem de impostos. Em outras palavras, que os capitais privados nacionais, com a regulação do Estado, deveriam dirigir-se para os serviços públicos que, uma vez bem administrados por gestões privadas, proporcionariam taxas de lucro atrativas. As atuais privatizações dos serviços públicos não são outra coisa que a aceitação das teses de Rangel, um economista de inspiração marxista que criou uma teoria original de desenvolvimento, incorporando ao seu pensamento contribuições de John Keynes, Adam Smith e Raul Prebisch. A propósito da originalidade do pensamento de Ignácio Rangel, cuja independência e rigor desagradava a ‘gregos e troianos’, vide Bielschowsky (1988).

Rangel (1962) insistia que os problemas brasileiros, com raízes em dualidades e que tinham uma dimensão bi-polar, não poderiam ser resolvidos somente por intervenções em um dos polos. Os problemas do complexo urbano-industrial só teriam soluções duradouras se fossem resolvidos os problemas impróprios do complexo rural. A visão de totalidade estruturante fica mais bem explícita quando ele associa o seu diagnóstico da realidade brasileira com as terapias, mediatizadas pelo planejamento, pela intervenção estatal certamente, mas uma intervenção que não criasse espaços privilegiados para empresas públicas, que não fundasse monopólios estatais e que não restringisse nem inibisse o investimento privado, ao contrário, deveria estimulá-lo, limitando-se a supervisioná-lo.

Em sua obra seguinte (*Recursos Ociosos na Economia Nacional*), publicada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, Ignácio Rangel (1980) retoma mais incisivamente seus argumentos, mostrando que uma industrialização que não fosse precedida de uma transformação agrária que apontasse para o aproveitamento de recursos ociosos e a ampliação do mercado interno, garantindo uma demanda efetiva cuja dimensão se sobrepusesse às oscilações sub-consumistas, seria uma industrialização espasmódica. Este setor, impulsionado pela substituição de importações, estaria sujeito a crises, flutuações, etc. e, provavelmente, seria incapaz de se constituir em setor moderno, produtor de bens avançados tecnologicamente e inserido no mercado internacional. As conexões entre um setor agrícola capitalista com predomínio da organização familiar e uma economia urbano-industrial avançada, apareciam claramente nas construções do pensamento de Rangel. Certamente a realidade brasileira seria outra se suas propostas se transformassem em políticas de governo.

As teses de Ignácio Rangel não prevaleceram e teve-se, como ajuste para a crise da primeira metade dos anos sessenta do século passado, 1) a intensificação da industrialização substituidora de importações, 2) os estímulos à concentração da atividade econômica nas

grandes cidades e na região sudeste, 3) a magnificação das cidades e 4) a modernização conservadora da agricultura, que manteve as terras concentradas e predominantemente ociosas, não internalizando devidamente a infraestrutura e aumentando a exclusão social.

Decisiva para o predomínio do modelo de crescimento concentrador, foi a correlação de forças desfavoráveis aos movimentos e partidos progressistas, a qual permitiu a vitória do levante golpista e a ditadura militar por mais de vinte anos. Quase cinquenta anos depois, um dos principais recursos ociosos apontados por Ignácio Rangel, os latifúndios, por força do trabalho de persuasão de uma parte da intelectualidade brasileira e por pressão dos movimentos populares, começam a ser mobilizados para serem colocados a serviço da sociedade brasileira. A mudança no marco institucional relacionado com a terra improdutiva se modifica e as perspectivas de avanço da Reforma Agrária ocorrem, principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Paralelamente, observa-se que a modernização conservadora, aquela que tem início na década de 1970 e que transformou latifúndios em empresas produtivas, ensejou a industrialização da agricultura, a formação de complexos agroindustriais e de cadeias agroalimentares, propiciando a produção de alimentos com maior eficiência, a ponto de ser a mesma considerada a âncora verde de todos os planos de redução dos déficits de balança comercial e de estabilização da moeda.

Mais recentemente, sobretudo a partir da ocupação dos cerrados, a agricultura familiar de grande escala, denominada agricultura farmerizada, e a agricultura capitalista modernizada na forma de Complexos Agroindustriais, passaram a demonstrar uma eficiência e a responder por mais de 90% do abastecimento alimentar e de matérias primas, colocando em um plano de insignificância a produção agrícola dos assentamentos e dos minifúndios, que continuam a se constituir a maioria do número de estabelecimentos rurais. Diante desta evidência, a Reforma Agrária no Brasil contemporâneo passou a ter como principal papel a atenuação dos conflitos, a geração de ocupação e a outorga de cidadania. O que de mais grave acontece no momento é que as invasões dificilmente se transformam em assentamentos e se constituem em meio de sobrevivência para grupos sociais que não possuem nenhuma propensão a se tornar eficientes agentes econômicos.

Então, fica evidente que duas tendências se esboçam a partir da segunda metade do século XX, qual seja o esvaziamento demográfico do campo, em parte devido à modernização da agricultura que contempla concentração fundiária e em parte devido às maiores oportunidades de emprego não agrícola nas cidades, e a expansão urbana decorrente da concentração da indústria e dos serviços nas regiões metropolitanas e maiores cidades.

Deliberadas políticas, direta e indiretamente, favoreceram estas tendências e se no campo levaram ao despovoamento e à degradação dos recursos naturais, no tecido urbano acarretaram a concentração desordenada da população, a ausência de planejamento urbano adequado, a favelização com ocupações irregulares nas principais capitais brasileiras, a violência urbana, a degradação de áreas verdes, o aumento da poluição por meio de emissões de gases poluentes, assim como contaminação dos lençóis freáticos e rios e a dificuldades crescentes de mobilidade em decorrência do fomento irresponsável de indústrias de automóveis (BAIARDI, 2011).

2-A NECESSIDADE DE REVERTER A CAÓTICA CONCENTRAÇÃO URBANA E AS PERSPECTIVAS E MENSAGENS DOS TERRITÓRIOS DE TRANSIÇÃO

O quadro da maioria das cidades brasileiras, sobretudo nas regiões metropolitanas, é desolador e leva à questionamentos se haverá possibilidade de reversão. Certamente que sim mediante alterações estruturais que fomentem o transporte coletivo, desestimulem o transporte

individual motorizado e que promovam reordenamentos urbanos. Contudo, há incertezas crescentes quanto às condições em que se daria este choque de racionalidade e dúvidas se estas mudanças viriam no tempo certo e sintonizadas com o que de mais avançado ocorre atualmente no mundo, que é a discussão sobre a criação dos territórios de transição, nos quais já é uma realidade a sustentabilidade da atividade econômica e a adoção de uma fisionomia pós industrial.

Mas, o que é um território de transição? “Transition Towns” é, essencialmente, um movimento cultural, uma verdadeira revolução visando mudar a sociedade de um modelo econômico baseado em um ilimitado baixo custo de combustíveis fósseis e exploração incontida dos recursos naturais para um modelo econômico focado na redução do consumo de energia fóssil e na reversão das mudanças climáticas. É um movimento da sociedade civil que procura reunir pessoas na perspectiva de ações conjuntas visando conter a deterioração ambiental, o consumismo desenfreado, os conflitos de todos os tipos, enfim reascender a esperança de mudar o futuro do planeta com simples ações humanas fortalecidas pela confiança e sem temer afrontar valores e condutas conformistas.

É uma mobilização que crê que se pode conter a destruição da natureza e recuperar tudo de precioso que havia no passado, desde que se demonstre que é possível, assim como na natureza, praticar a resiliência social, que significa criar laços e estabelecer a coesão social, recriando o que havia ou inovando, almejando recuperar a integridade perdida de um equilíbrio do homem com a natureza, que chegou a existir antes da revolução industrial. É um movimento que acredita na unidade de propósitos com objetivos comuns que preceituam que ou nos tornamos cooperadores com a natureza ou seremos cúmplices da destruição e por ela seremos atingidos.

No âmbito da “Transition Towns” Resiliência é entendida como a capacidade das comunidades de resistir a choques externos e de desânimo, de se mobilizarem em termos de criatividade para encontrar alternativas aos processos produtivos, aos bens de consumo e aos serviços baseados em consumo descontrolado de recursos naturais e combustíveis fósseis. Obviamente que esta ação exigirá mudanças nos estilos de vida das pessoas mas estas, ainda que se opere em um cenário global desfavorável, adquirirão a dimensão educadora em relação ao entorno econômico e social visto que se estará exercitando um fascinante desafio: inventar um novo modelo de vida antes que o planeta entre em colapso. O movimento sugere que a urgente a necessidade de mudança comece tendo lugar ao nível local, daí evoluindo para a totalidade.

A ideia é ir paulatinamente restabelecendo o controle sobre o consumido em termos de energia, gás, minerais e produtos químicos de todos os tipos nas residências e buscar autonomia alimentar para que não se consuma quantidades desproporcionais de alimentos que viajam milhares de quilômetros para chegar as mesas, com cadeias de produção e distribuição extremamente morosas, complexas e delicadas e intimamente ligadas à disponibilidade de petróleo e seus derivados. O que se quer é romper com os hábitos de desperdício dos últimos 70 anos, caracterizados pela abundância de combustíveis fósseis baratos que permitiram este tipo de insensatez de criar dependências alimentares em todo planeta. A fragilidade desta estrutura salta aos olhos e cria a ilusão da abundância inesgotável o que atrai êxodos em massa da África para a Europa.

Pensar, planejar e agir de modo resiliente significa empenhar-se para prover a comunidade e o território de sua própria energia, da sua própria água e da sua própria alimentação, com criatividade e dinamismo como plantio de árvores frutíferas em vez de plantas "decorativas"; limitar a importação de bens primários que podem ser produzidos

localmente; reativar a economia local com reutilização antes da reciclagem; usar o transporte público e organização "car sharing"; incentivar os grupos de compras e solidariedade social criando mercados onde as pessoas possam barganhar bens; estabelecer uma moeda local e conceber outras experiências que reforcem a coesão sócio e a interdependência entre os membros da comunidade. Todas essas iniciativas são exemplos de como promover a resiliência local e criar um "sentimento de pertencimento à comunidade.

A resiliência supõe sair da "zona de conforto" física e mental, questionar dogmas e crenças e estudar novas ideias ou testar novas soluções. A comunidade resiliente se distingue pela capacidade de reagir em situações difíceis com criatividade, visto que está orientada para o bem comum e se guia por princípios de solidariedade e de ajuda mútua através da partilha de bens e conhecimentos. Em suma, uma comunidade resiliente, procura em todos os sentidos manter o bem-estar coletivo, em sintonia com o bem-estar do ambiente. A mudança de paradigma é o ponto de partida da comunidade resiliente, identificando o futuro como o lugar onde se está, pensando o global e agindo localmente. O movimento de territórios de transição propõe 12 passos para implantar uma experiência, qual sejam: 1. Configure um grupo de direção e projete sua rotatividade; 2. Dê início à sensibilização; 3. Lance as fundações; 4. Organize um grande lançamento; 5. Divida os componentes por tema de interesse especial; 6. Use espaço aberto; 7. Desenvolva manifestações práticas e visíveis do projeto; 8. Facilite o aprendizado comum e a requalificação dos membros; 9. Construa pontes com o poder local; 10. Homenageie os mais velhos e mais experientes; 11. Permita que o grupo encontre seu próprio caminho e 12. Crie um plano de ação de consumo regressivo de energia.

3- O PROCESSO DE TRANSIÇÃO EM MONTEVEGLIO, ITÁLIA

Monteveglia é uma cidade de cerca de 5.200 habitantes na região de Emilia-Romagna, Itália. Tem divisas com outras comunas (municípios) em torno de Bolonha, a capital regional. A economia local é predominantemente de serviços, com destaque para o turismo, mas também abriga uma área industrial dinâmica com empresas tecnologicamente avançadas que não causam nenhum dano ambiental. A comunidade não aceita qualquer indústria. O licenciamento ambiental de indústrias depende da aceitação de várias regras de proteção à natureza, entre elas não gerar qualquer subproduto não assimilado pelo ambiente e não manipular matérias primas que não sejam totalmente aproveitadas no processo produtivo.

Agricultura, tem em Monteveglia importância histórica e ocorre nas brechas da área comunal não coberta por vegetação arbórea natural ou introduzida, a qual corresponde a 90 % do território. A agricultura interage com as florestas na forma de sistemas agroflorestais e na forma de áreas de barreira e proteção e de obtenção de efeitos alelopáticos. Monteveglia, além disso, tem uma reputação de prática ambiental e de intensa vida social devido à elevada dotação de capital social acumulado ao longo de sua história e favorecido pelo bom desempenho institucional decorrente de uma tradição política influenciada pela resistência ao fascismo e que se fortaleceu desde o fim da II Guerra Mundial.

Em dezenas de territórios de transição na Europa, Monteveglia na Itália, criado em 2008, se destaca por ser aquela a primeira experiência na Europa Continental e na qual a sociedade civil estabeleceu vínculos mais sólidos com o poder local, executivo e legislativo, resultando em uma resolução oficial, a de número 92/2009 que permitiu estabelecer normas de habitação e convivência no município, que detém uma área privilegiada de parque natural e um histórico

de fundamentos culturais de sensibilidade em relação ao ambiente. Após a criação da organização local, as primeiras ações disseram respeito à agricultura, à produção vegetal e animal e se concretizaram em uma experiência de permacultura.

Em continuação se deu grande importância à dinâmica social e organizacional e à identificação de pontos de convergência e de divergência entre os membros. Concomitantemente, se inseriu na rede internacional com vista a apressar o aprendizado por meio de relações horizontais. A inclusão social também figurou como preocupação inicial do grupo constituinte. Em continuação a associação local começou a se envolver com a educação básica, com pequena indústria, com os serviços, com a comercialização justa e por fim com todas as intervenções necessárias para revitalizar a economia local, dimensionando-a de acordo com as necessidades da população e com as necessidades de gerar receitas para garantir eventuais necessidades não cobertas com os recursos locais.

Atualmente Monteveglio exibe uma reputação de território de transição no qual as conquistas se deram de forma harmônica, negociada e com aprovação de toda a população. O processo levou a que Monteveglio, diferentemente de outras comunas na Itália que vêm perdendo população para as grandes metrópoles, fosse repovoada (FELICETTI, 2013; ZOLI, 2014). A figura 2 exibe uma iconografia dos princípios de constituição do território de transição em Monteveglio, que se constituíram em verdadeiro pacto de convivência na comuna.

Figura 2: Princípios de constituição do território de transição em Monteveglio,



Fonte: Zoli, 2014

4- DO CRESCIMENTO ECONÔMICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DO TERRITÓRIO DE TRANSIÇÃO

O conceito de desenvolvimento aparece no pensamento econômico com mais nitidez a partir da crítica ao crescimento econômico que, por sua vez, foi um conceito que emergiu de outra crítica, a voltada para a economia marginalista ou neoclássica, que demonstrava uma obsessão pelo equilíbrio, ou ótimo estático. Isto se dá por volta dos anos 30 do século passado, na transformação da ciência econômica de uma área do saber que dominava a escassez, para outra área que passou a dominar a escassez e a incerteza. Neste momento, não se podia mais conter a ideia de que a condição natural das economias eficientes não é o melhor uso de dados

recursos, mas o crescimento, o uso continuamente aperfeiçoado de recursos constantemente crescentes. O crescimento seria, então, uma tendência integradora das flutuações ou ondas dos ciclos econômicos, as explosões e colapsos do sistema, como diria Sir John Hicks. O mesmo foi visto não como um impulso restaurador do equilíbrio, mas sim como um movimento que elevava a dotação de capital a cada pulsação e com ela o aumento da produção.

Os economistas que nos anos 30 a 40 do século passado trataram do crescimento não percebiam ou não associavam o processo com um comprometimento progressivo dos recursos naturais, mas sim como um processo absolutamente virtuoso. Myrdal, ao propor diferenciação nos intervalos da dinâmica econômica, distinguiu o *ex ante* do *ex post*, reconhecendo o futuro como sendo, qualitativa, fundamental e essencialmente diferente do passado. Os recursos naturais eram vistos como de oferta elástica e sem horizontes de finitude, pelo menos ao nível macroeconômico e de expansão e integração permanente de novos territórios. Embora a Europa ocidental já exibisse o efeito da expansão econômica seja no esgotamento de minas e na destruição dos bosques, ao leste, ao sul e além mar, para onde a economia poderia ir se expandindo, não se cogitava de escassez de recursos naturais. Eram fatores de produção dados e abundantes. Os fatores escassos poderiam ser o trabalho e o capital, não a “terra”, que simbolizava todos os recursos naturais (SHACKLE, 1991).

Quando muito estes economistas estavam atentos às diferenças em termos de qualidade e quantidade dos recursos naturais e sua distribuição no território, o que poderia levar às rendas diferenciais, sem cogitar mesmo que essas poderiam ser consequência do próprio esgotamento, decorrente da intensificação do uso e exploração ou do manejo inadequado dos solos e da vegetação. Coincidentemente, neste período - delimitado como o do início da crítica no interior da Escola de Cambridge ao paradigma dominante na economia por meio das obras de Keynes, Joan Robinson, Chamberlin e outros, até as constatações de Jacob Schmookler sobre o papel da mudança técnica no crescimento econômico e as teorias de Hayami e Ruttan sobre a inovação induzida dependente da dotação dos recursos naturais - emergem as primeiras preocupações com o descontrole do crescimento, ou seu descolamento de outros indicadores de progresso, entre eles o de padrão de vida.

A partir de análises sobre o que acontecia no chamado “socialismo real” e sobre os impactos da reconstrução do Pós-Segunda Guerra, perspectivas designadas por heterodoxas (incluindo as abordagens Institucional, Pós-Keynesiana, Austríaca, Marxista e neo-Schumpeteriana), indicaram teorias alternativas nas quais o agente econômico deixa de ser visto como otimizador, está inserido num contexto ético, institucional e tecnológico, e nem sempre perfeitamente ajustado a esse contexto. Da mesma forma, na discussão sobre excedente e distribuição e sobre as trajetórias de desenvolvimento do pós-guerra, vê-se a importância de mudança em um padrão estrutural de análise, uma vez que se constataavam dificuldades nas estratégias de desenvolvimento e industrialização em aumentar o salário real e os padrões de vida, na América Latina e na Índia, onde a agricultura não se modernizava no ritmo adequado.

Estas contribuições trouxeram mais clareza à ideia de definir o desenvolvimento como uma qualificação do crescimento econômico, na medida em que seriam transformações expansionistas da economia que viriam associadas com melhorias da qualidade de vida, que fossem além da garantia da ocupação e do aumento da renda. Indicadores educacionais, de saúde e de infraestrutura de serviços, estariam sendo os elementos a diferenciar o crescimento econômico do desenvolvimento econômico. A demanda efetiva deixa de ser a pedra de toque para os programas de intervenção econômica e os multiplicadores passam a ser observados com maior cuidado. Numa colocação que sintetizaria todas estas ideias, Galbraith afirma que o incentivo ao consumo e, conseqüentemente, à produção, traz alguns desequilíbrios, como a falta

de produção de bens públicos face aos bens privados produzidos (BAIARDI; TEIXEIRA, 2011).

A difusão destas ideias, ainda que geradas nos países industrializados, se apresentavam como mais adaptadas aos países periféricos que em nomenclatura posterior passaram a ser designados como países “em desenvolvimento”.

O “receituário” de desenvolvimento adquiriu nas obras de Myrdal, principalmente as da década de 50 do século passado quando se afasta da Escola Sueca (*The Political Element in the Development of Economic Theory*, 1953 e *Economic Theory and Underdeveloped Regions*, 1957), e nas de Raul Prebisch (*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*, 1949, *Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico*, 1950 e *Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico*, 1951), um estatuto de teoria e de aplicabilidade, passando então os preceitos deste “receituário” a serem seguidos pelas agências de desenvolvimento nacional e internacional. Curiosamente, Myrdal que foi vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1974, recomendou Prebisch para a primeira premiação nesta categoria.

Este receituário ou conjunto de princípios, no Brasil, sofreram mediações criativas nas obras de Ignácio Rangel, em primeiro lugar, e em Celso Furtado, em segundo. Entretanto, nestas abordagens, os recursos naturais continuavam a ser vistos como dados, não finitos, e nenhuma mudança radical foi incorporada no que tange à forma de lidar com os mesmos, não obstante alguns conceitos derivados dos avanços na gestão da inovação tecnológica fossem responsáveis por uma maior estímulo à adoção de inovações de processos que privilegiassem menor consumo de matérias primas, que diminuísse a relação insumo/produto, elevasse o aproveitamento de subprodutos e que reciclassem componentes do produto final. Se estas práticas trouxeram alguma redução na extração de recursos naturais, as causas eram mais microeconômicas que resultado de uma reflexão que somente surge após o “Relatório Brundtland”, Nosso Futuro Comum, publicado em 1987, no qual desenvolvimento sustentável é concebido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras”.

É a partir da primeira conferência internacional sobre Meio Ambiente, “Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, que emerge a consciência não só da finitude dos recursos, mas também dos impactos negativos sobre o ambiente que a expansão econômica trazia, fosse ela puramente econômica, ou dissociada de elevação do padrão de vida, ou fosse ela de natureza desenvolvimentista, acarretando também mudanças no *standard* de vida e no aumento do consumo espelhado nos exemplos das sociedades mais afluentes. É neste momento que, aos olhos dos ambientalistas, se nivelam as intervenções na natureza, sejam elas para viabilizar a expansão econômica tipo enclave, ou seja, dissociada de efeitos virtuosos, ou a expansão que se faz acompanhar de melhorias nas condições de vida das populações. Este é o momento no qual se esboça o conceito de desenvolvimento sustentável, que vai além do desenvolvimento sustentado porque, ademais da regularidade da acumulação, ele tem a dimensão da sustentabilidade, que significa não perenidade do processo, uma vez que se espera que atingido certo nível de renda, de serviços e de emprego ou capacidade de remunerar o não trabalho, a economia ingresse, “*ceteris paribus*”, em estagnação ou reprodução simples. Neste estágio qualquer extração de recursos naturais dar-se-ia não com vistas à acumulação, mas à reposição do capital necessário à reprodução simples e com uso de recursos naturais renováveis, no modelo que Ignácio Sachs (1986 e 2004) chama de biocivilização.

Este novo entendimento de desenvolvimento emerge no momento em que se difunde a consciência de que desde a Revolução Industrial tem início um processo irreversível de

destruição da natureza que se baseia na expansão do consumo convencional e na criação permanente de novas necessidades, com origem no simbolismo e nas necessidades criadas que ultrapassam, infinitamente, as indispensáveis à vida humana.

Para Galbraith, os padrões de consumo contemporâneos são, pois formados por um longo processo de evolução econômica, social e cultural, e têm um papel fundamental na manutenção do nível de produção e emprego. Pode-se, portanto, dizer que a sustentabilidade econômica é assegurada pela existência de padrões sociais de consumo conspícuo que garante a demanda efetiva que assegura o funcionamento do sistema econômico, resolvendo assim o problema da procura enunciado por Malthus e Marx, e que estava já implícito na análise de Smith (BAIARDI; TEIXEIRA, 2011).

Para ser rigoroso, esse processo, do qual a revolução industrial foi uma consequência para atender ao impulso mercantilista, tem uma origem mais recuada. Ele nasce com o impulso para acumular, enriquecer. No momento em que se associam os conceitos de riqueza e de progresso com a curva de adoção de tecnologias produtivas, a partir de 1750, com o início da Revolução Industrial, a taxa de destruição da natureza se magnifica. Este enfoque é dado por Beinhocker em seu impactante livro “A Origem da Riqueza (*The origin of wealth*). O livro inicia com um enfoque apocalíptico, que tem sua inspiração maior em um diálogo do autor com um chefe tribal Massai, no Kenya. Desse diálogo, Beinhocker intui que os complexos sistemas natureza e sociedade poderiam continuar em harmonia se o conceito de riqueza e as “tecnologias sociais” fossem equivalentes aos padrões adotados pelos Massai, os quais possibilitam que as aberturas do sistema produtivo não cheguem a desorganizar a natureza como sistema fechado, mantendo as atividades produtivas em um nível de baixa entropia.

Nesse diálogo, o chefe tribal definia sua identidade como associada a uma série de animais, árvores e áreas plantadas, necessários para sua sobrevivência, intuindo-se daí que ele não necessitaria de nada mais. Na concepção de existência e visão de mundo dos Massai, todos os conflitos desapareceriam se este tipo de relação se generalizasse entre os habitantes do planeta. Obviamente que, para ser verdade, a população mundial deveria parar de crescer e de aumentar o seu consumo, renunciando à acumulação individual, à riqueza. (BEINHOCKER, 2007)

Entretanto, não é isto o que se observa, uma vez que desde a instauração da escravidão foram implantados padrões de relações de produção visando a geração de excedentes e surgimento da riqueza. Mais tarde, quando pela via do Iluminismo surge o conceito de progresso, muito discutível segundo o autor, dá-se a potencialização do uso de tecnologias que visam ampliar o ritmo do crescimento econômico, que se acelera a partir do século XVIII, fazendo com que a humanidade em apenas 0,01 do seu tempo de existência já tenha gerado entropia de magnitude ameaçadora para os demais sistemas complexos, obrigando-os, em determinados casos, a reagir com adaptações que retroalimentam os desequilíbrios de todos os tipos.

Em sua viagem à história para demonstrar que a ambição pela riqueza associada ao imperativo do progresso e à curva de adoção de tecnologias incrementadoras da produção são as determinantes das ameaças planetárias do presente, Beinhocker aprofunda-se na teoria econômica para demonstrar que a economia tradicional perde cada vez mais capacidade de explicar o mundo contemporâneo e não tem resposta consistente para o problema da destruição da natureza.

A questão é que o novo paradigma de modelo econômico da reprodução simples, embora pareça óbvio, ainda não foi testado e dificilmente será. A ideia de que, em países como o Brasil, deve-se alcançar padrões de vida convencionais de populações cujas economias se

industrializaram dois séculos antes, sugere que propostas de reprodução simples seja coisa de lunáticos. Não obstante, há etapas que podem ser trilhadas antes, ultrapassando o desenvolvimento convencional, fortemente baseado nos paradigmas de organização produtiva típicos da era industrial, para estágios que incorporem paradigmas de organização produtiva da era pós-industrial e que exercitem alguns caminhos da biocivilização, segundo Ignacy Sachs (1986 e 2004). Elas podem ser testadas em regiões cujos municípios guardem semelhanças entre si.

Essa proposta contemplaria a ideia que, dentro dos limites do Estado Nação e das unidades federativas, haveria territórios nos quais se buscava evitar concentração industrial e organização produtiva do tipo enclave, apoiando sistemas industriais que constituam tecidos produtivos mais integrados verticalmente e horizontalmente e melhor distribuídos no território, criando assim condições para outro modelo de desenvolvimento, pós-industrial e sustentável. Neles se vetaria a presença de indústrias pesadas de processos contínuos como siderúrgicas, refinarias e petroquímicas, que já têm suas inserções territoriais delimitadas em outros territórios, com elevadas externalidades negativas para as mesmas (BAIARDI; TEIXEIRA, 2011).

5-VIRTUAIS TERRITÓRIOS DE TRANSIÇÃO NA BAHIA: LITORAL SUL E CHAPADA DIAMANTINA

Na Bahia, Brasil, dois territórios poderiam ser cogitados para se transformarem em territórios de transição. Esta indicação se dá com base em um lastro de cultura ambiental existente, o qual tem sua origem na mobilização de comunidades formadas por ambientalistas, pesquisadores, professores, artistas e também por populações beneficiadas por intervenções realizadas por organizações não governamentais. Estes territórios são o Litoral Sul, sobretudo os municípios de Ilhéus e Itacaré, e a Chapada Diamantina, com recorte preferencial do Vale do Capão, no município de Palmeira.

No caso do Litoral Sul, os pactos entre as comunidades mobilizadas e os poderes locais induziriam a se ir, progressivamente, introduzindo os sistemas industriais menos concentrados e formadores de tecidos produtivos mais integrados, utilizando-se os componentes biocivilizatórios, a exemplo de fontes de energia não convencionais tipo solar, eólica, das marés etc., exploração dos múltiplos usos da biomassa (alimentos, fertilizantes orgânicos, bioenergias, materiais de construção, fibras, plástico e outros produtos de química orgânica elaborados por bio-refinarias, indústrias farmacêuticas e de cosméticos), biocombustíveis líquidos etc. Estes componentes das futuras biocivilizações, na definição de Sachs, irão requerer conhecimento avançado e adaptado, o que significa que, em termos de “estado da arte”, não se estaria fazendo uma regressão, mas sim dando um salto para o futuro.

O caminho para este desenvolvimento alternativo não supõe mudanças abruptas, mas sim lentas. Quem poderia imaginar que mais ao norte, no polo Juazeiro Petrolina, iria se expandir a chamada Produção Integrada de Fruticultura, PIF, que é já meio caminho para a agricultura sustentável? Isto aconteceu porque houve combinação de impulsos de mercado, contidos nas regras da União Europeia para importar frutas, com sensibilidade dos agentes produtivos em adotar e gerar inovações que se afastassem do paradigma químico-reducionista de produção agrícola.

O ritmo do processo dependeria da velocidade com que se dará a incorporação de mudanças culturais significativas na linha da desmaterialização da economia e de redução do consumo, o que normalmente não é fácil. Não ser fácil não significa dizer que não será possível, pois se tem exemplos como o da comuna de Montevoglio na Província de Bolonha, Itália, e os das cidades arroladas no European Green Cities Index, que mostram ser a opção por modificar

os padrões de consumo e fixar metas de economia de energia e de redução de emissões de CO², perfeitamente alcançáveis.

O sucesso de uma proposta de desenvolvimento sustentável no Território Litoral Sul, irá depender de dois encaminhamentos. O primeiro é que o território não se isole economicamente, e que seja o mercado a tornar possível o desenvolvimento sustentável (HINTERBERGER et al, 1999). O segundo seria que o território desenvolvesse competências, se tornasse referência em P&D&I de processos e produtos “high tech green”, não somente para a produção agrícola e derivados da produção animal e vegetal, mas para todos os demais setores, inclusive projetando o espaço de acordo com preceitos de sustentabilidade, endogeneizando sua capacidade de gerar inovações por meio de um centro de P&D, criado por meio de parceria público-privada (McHARG, 1989).

No percurso para conversão do território Litoral Sul em território de transição, há questões a serem enfrentadas, entre elas a possível resistência do entorno espacial, o que impõe a concepção de um modelo de desenvolvimento sustentável mais amplo a ser guiado por ações previstas em um pré *master plan*, documento que, por seu caráter exploratório, admita imprecisões e generalizações próprias a este nível. Em realidade, esta construção, envolvendo imperativamente a sociedade civil e o Estado, converter-se-ia em uma *démarche* vantajosa, que deve enfrentar alguns desafios básicos de integração de dois processos diferentes, o de desenvolvimento convencional com o qual se está habituado a lidar e o de desenvolvimento sustentável na perspectiva de uma sociedade pós-industrial.

O primeiro desafio seria como manter a identidade de um território com recorte geográfico de faixa, com exposições a vários polos e com áreas de contato, em quase toda a superfície, com economias regidas por outros supostos. O segundo seria, como reduzir as desigualdades sociais e nivelar as oportunidades de negócios endogenamente, no próprio território. O terceiro seria como manter relações exógenas simétricas que evitem subordinação a qualquer título, mas que não condenem a região ao fechamento, o que seria o fracasso do modelo. A proposta de desenvolvimento sustentável não pode ser diferenciadora ao ponto de se propor um enclave ou encapsulamento. Ela deve prever ações e intervenções que uma vez deflagradas podem contribuir de modo significativo para o fortalecimento da economia regional, tornando-a menos vulnerável à exposição junto às economias de entorno, ao tempo em que fortalece o modelo de desenvolvimento sustentável interativo com a economia de outras regiões do estado e com a economia nacional. Não obstante esta flexibilização, o pacto que deve reger o processo terá que ter elementos de negociação com o entorno na linha, *mutatis mutandis*, de uma para-diplomacia econômica, ou seja buscar-se uma autonomia na qual o protagonismo ambiental se legitime a ponto de não esperar do poder central a definição de regras de convivência e a ponto de gerar institucionalidades necessárias para que o processo de implantação do modelo avance.

Ainda é dominante o pensamento que considera que o desenvolvimento econômico pode ser acelerado pela criação de polos de crescimento em torno de atividades motrizes, criadas por meio de investimentos exógenos. Embora fossem bastante difundidas no Brasil, as políticas de constituição de polos de crescimento por meio de investimentos exógenos, obtiveram, segundo várias avaliações, resultados aquém dos esperados, a exemplo das iniciativas de industrialização do Nordeste. Um dos problemas geralmente associado com as políticas de atração de investimentos para polos localizados em regiões menos desenvolvidas foi a falta de atenção com os pré-requisitos econômicos, sociais e institucionais, para que um processo virtuoso de desenvolvimento sustentável fosse desencadeado a partir desses polos.

Os limitados efeitos de encadeamento desses projetos limitaram o alcance dos seus benefícios, gerando uma permanente dependência de intervenções exógenas para gerar crescimento. Ademais, o crescimento advindo dessa dinâmica é bastante concentrado, tanto em termos de atividades econômicas como em termos espaciais, gerando problemas sociais que

aprofundam as desigualdades no interior de cada território. Os efeitos ambientais foram, em muitos casos, irremediavelmente danosos.

Por mais pertinentes e racionais que sejam, essas críticas nem sempre encontram ressonância no tecido social de regiões que convivem há muito tempo com a decadência econômica. Esse parece ser o caso do Litoral Sul da Bahia. Esse Território transitou de uma longa fase de opulência econômica para décadas mais recentes de crise aguda. A “Civilização do Cacau” foi incapaz de criar antídotos para as mazelas sociais geradas por problemas na economia de monocultura agrícola. Os excedentes gerados durante as fases de “vacas gordas” não foram investidos na região, que permaneceu como lócus de uma produção meramente agrária-exportadora. Nesse contexto, acreditar na promessa de redenção consubstanciada em pesados investimentos para criar uma estrutura logística de porte como a ferrovia Oeste- Leste, a FIOLE, não parece ser uma atitude irracional. Esse projeto cria esperanças em uma sociedade cansada de conviver com o desânimo e a falta de perspectivas. Um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável encontrará, portanto, fortes resistências em vários segmentos da própria sociedade da região. Para esses segmentos, um projeto alternativo significa incertezas e riscos incomensuravelmente maiores do que os benefícios prometidos pelo grande projeto tradicional. Além de resistências locais, o Projeto Integrado Ferrovia-Porto, atende a fortes interesses localizados fora da região. Seria ocioso tentar identificar todos esses interesses e os grupos a eles relacionados. Só cabe lembrar que, para o Governo do Estado da Bahia, a Ferrovia significa um instrumento poderoso para conter o movimento separatista que cresce no Além São Francisco, impulsionado pelo *boom* agrícola daquela região. Cabe lembrar ainda que esse projeto faz parte de outro maior, do Governo Federal, de interligar, por vias férreas, as principais regiões produtoras do oeste brasileiro a portos de exportação.

No caso do Vale do Capão, que é parte da Chapada Diamantina - uma espécie de espigão dorsal do território da Bahia, sendo divisor de águas que vertem para o Oceano Atlântico e para a bacia do rio São Francisco, com formação predominantemente calcária, resultante de sedimentação milenar sobre uma área que há milhões de anos foi fundo de mar - os pactos entre as comunidades mobilizadas e os poderes locais não partiriam do zero.

Em recente pesquisa empírica, Baiardi e Ribeiro (2008) comprovaram a hipótese de sensibilidade à questão ambiental por parte dos agentes econômicos da Chapada Diamantina, sejam pequenos produtores que praticam uma agricultura do tipo familiar ou sejam empresários do agronegócio. As duas categorias demonstraram também interesse em cooperar com projetos de desenvolvimento local sustentável. Veem também, os dois grupos de entrevistados, o eco-agro-turismo como a grande vocação para a região da Chapada, entendendo que a discussão sobre o tema criaria um clima favorável para exercício de direitos e deveres em relação ao ambiente. O segmento empresarial, segundo a pesquisa, revelou estar à altura da contemporaneidade e saber lidar com conceitos de gestão ambiental e responsabilidade social. De acordo com Baiardi e Ribeiro (2008), a Chapada Diamantina, em particular o Vale do Capão, credencia-se, por excelência, a ser o palco de experiências de desenvolvimento territorial sustentável, decorrentes de intervenções do Estado e da sociedade civil. As ações das organizações do território de transição no caso do Vale do Capão, deveriam estimular o fomento às atividades de serviços, sobretudo os mais diferenciados como de ensino superior e pesquisa, com criação de centros de pesquisa e desenvolvimento, P&D.

As competências em inovação favoreceriam o surgimento de pequenas indústrias eco-responsáveis que pudessem agregar valor aos produtos da região e no campo da produção vegetal testariam inúmeros sistemas agroflorestais com vistas à produção de cereais, tubérculos, frutas e hortaliças para abastecimento local e comércio fora da região. O território de transição que envolvesse o Vale do Capão sofreria menos restrições em decorrência da inexistência de um projeto “salvacionista” para a região. A exemplo de territórios de transição já instituídos, o Vale do Capão tem seu pacto de convivência, ver figura 3.

Figura 3: Pacto de convivência do Vale do Capão



Fonte: foto do autor.

6-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de estar atualmente bastante divulgado, fazendo parte do discurso de autoridades e políticos das mais diversas procedências, o conceito de desenvolvimento sustentável é raramente assumido como compromisso. A despeito da retórica, nos planos e projetos oficiais a vinculação do desenvolvimento ao mero crescimento econômico ainda é a tônica. A busca e

a implantação de soluções alternativas não encontram curso, a não ser em experiências isoladas e difíceis de serem replicadas

A rota para se tornar um projeto de desenvolvimento sustentável em realidade é longa e tortuosa. Para encurtá-la é essencial a qualidade técnica da abordagem, a viabilidade econômica dos componentes do projeto e a viabilidade política. Sem esta última o resultado será um documento de intenções, simples especulação em torno de possibilidades, dificilmente postas em prática. A viabilidade política requer uma ampla mobilização da chamada sociedade civil organizada, após o novo projeto de desenvolvimento ter sido aceito e valorizado. Não há outro caminho a ser percorrido. A mobilização em torno do novo projeto implica em um amplo trabalho de construção de uma visão de futuro para o território, diferente daquela concebida pelo projeto oficial. Trata-se de mudar mentalidades longamente arraigadas e acostumadas a esperar e, quase sempre, receber as benesses do governo, sejam elas de que natureza for. Esse é o grande desafio daqueles que acreditam que outro futuro é possível. Certamente, não é uma tarefa fácil.

Os principais instrumentos de viabilização de um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusive a obtenção dos meios para implementá-lo, são os protagonismos da sociedade civil e do Estado ao nível mais amplo e com adesão inequívoca do poder público ao nível local. O modelo de desenvolvimento sustentável deve ser concebido como um Projeto de Desenvolvimento Territorial Integrado envolvendo a sociedade civil, o Estado em todos os níveis e as redes internacionais, inclusive a Transition Towns Net. Esse tipo de projeto supera as limitações de intervenções pontuais, cujos resultados são incapazes de mudar concretamente a realidade de recortes territoriais com identidade.

O conceito de Desenvolvimento Territorial Integrado parte de uma visão holística de uma dada região e tenta promover ações que possam atacar as diversas dimensões do desenvolvimento, inclusive e mais importante, a socioambiental. Bancos nacionais e multilaterais de desenvolvimento, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, adotam cada vez mais o conceito de Desenvolvimento Territorial Integrado em seus programas de financiamento ao setor público, uma vez que consideram que essa abordagem gera melhores resultados para seus empréstimos. Considere-se também que esses bancos estão, cada vez mais, dispostos a financiar ações no entorno de grandes projetos, tendo em vista potencializar os benefícios dos grandes investimentos.

No caso do BID, o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN), vem financiando projetos de qualificação de pequenos negócios organizados em cadeias de suprimento, muitas vezes vinculadas a grandes empresas. Esse programa poderia financiar parte dos investimentos necessários à qualificação das pequenas indústrias nos territórios em questão, pequenas empresas da área de serviços e cadeias locais de produção de alimentos, envolvendo a agricultura e a agroindústria. Espera-se que esta contribuição possa ser capaz de gerar o interesse por conhecer as experiências internacionais de territórios de transição e deflagrar um processo de debate com este foco, dentro e fora do mundo acadêmico.

BIBLIOGRAFIA

BAIARDI, A. A industrialização a qualquer custo e a nova Política Industrial. *Política Democrática*. Brasília, v.11, p.79 - 83, 2011.

BAIARDI, A. ; RIBEIRO, M.C.M. A Vocação Eco-Turística da Chapada Diamantina e sua Compatibilidade com a Agricultura Sustentável In: *V Seminário Nacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socio Ambiental*, 2008, Salvador. Anais do V Seminário Nacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socio Ambiental. Salvador: Universidade Católica de

Salvador UCSAL, 2008. v.1. p. 82 - 97

BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F. *O Desenvolvimento dos Territórios do Baixo Sul e do Litoral Sul da Bahia: a Rota da Sustentabilidade, Perspectivas e Vicissitudes*, Salvador: Repositório UFBA, 2011. Disponível em www.observatorio.ufba.br/arquivos/desenvolvimento, Acessado em 2º de abril de 2015

BEINHOCKER, Eric D. *The origin of wealth*. Boston: Harvard Business School Press, 2007.

BIELSCHOWSKY, R. *O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/IMPES, 1988.

CEPAL *Transformación productiva con equidad*. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1990.

FELICETTI, A. *Community Groups from a Deliberative Democratic Perspective. A Comparative Analysis of Two Italian Transitions*. Po. Bordeaux, (France): Paper presented at the 7th ECPR General Conference Sciences 4-7 September, 2013.

HINTERBERGER, M F; LUKS, F. e STEWEN, M. *Economia ecologia politica: rendere sostenibile il mercato attraverso la diminuzione delle materie*. Milano: Edizioni Ambiente, 1999.

McHARG, I. L. *Progettare con la natura "Design with nature"*. Padova: Franco Muzzio Editore, 1989

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. *Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004

SHACKLE, G. L. S. *Origens da economia contemporânea, invenção e tradição no pensamento econômico*. São Paulo: HUCITEC, 1991.

RANGEL, I. *A questão agrária brasileira*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

_____. *Recursos ociosos e política econômica*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

ZOLI, A. *Lo sviluppo di comunità nelle città in transizione. Il caso di studio di Monteveglio*. Macerata: Tesi di dottorato, Dipartimento di Scienze Politiche, della Comunicazione e delle Relazioni Internazionali Università Degli Studi di Macerata, 2014.